O salário nas estatais

 José Maria Couto Moreira\*

 O governador de Minas vem demonstrando moderação e equilíbrio no sempre complexo exercício de governar o Estado. O refrão de que Minas são muitas, criado pela imaginação genial de Guimarães Rosa, depois multiplicado por Drummond e outros mineiros que souberam exaltar a terra que nos dá força e calor, é o sedimento de nossa ação política. O Brasil, conforme o inspirado Getúlio, só adquire serenidade e trabalho se o mandatário respeitar a teoria provada de que só a política para Minas, o dinheiro para São Paulo e generais para o sul é que constituirá a vertente de que o país seguirá apaziguado rumo a seu futuro.

 Enquanto Minas espera a sua vez (o Brasil perdeu ontem a chance de concretizar ou renovar o adágio do saudoso líder trabalhista), Minas vai roteirizando seu novo quatriênio, contando com a expectativa de possuir a solidariedade da presidente, mineira, porém temperada em outros solos e saída de uma história que muito a qualifica, mas pouco a reaproxima dos mineiros, talvez os distancie, por sua pálida afeição pelo seu berço, Belo Horizonte.

 A “expertise” (hoje é da moda, para traduzir experiência e habilidade) reconhecidas no governador são nossas garantias para que o Palácio da Liberdade passe a ocupar diante do país o grande teatro que lança, efetivamente, as necessárias credenciais que deflagram o desenvolvimento, com justiça e estímulos fiscais.

 Neste passo, é valioso ao governador, para não deslustrar antecessores que fizeram do exercício no Liberdade uma referência bibliográfica notável, que ali se exiba sempre, como antologicamente o definiu Milton Campos, um governador de Minas austero como convém a República, e simples, como é do gosto dos mineiros. Nesta austeridade, está toda a doutrina miltoniana e todo o respeito que os mineiros dedicam aquele sumosacerdote da democracia, da liberdade e da austeridade.

 Transita pela imprensa mineira o pasmo geral de que dirigentes de estatais são premiados com remunerações de até três dígitos, inteiramente inversas aos apontamentos do quadro orçamentário que expõe o Estado, com categorias de servidores sub-remunerados, uma população carente de serviços básicos junto a uma receita declinante. Ora, tais indicadores seriam o bastante para que os destinatários de tais ganhos se curvassem à imediata revisão de seus salários, compatibilizando-os à realidade financeira do estado. Na grande crise americana, deflagrada pela bolha imobiliária, o presidente exigiu que as companhias privadas reduzissem os benefícios e os salários de seus administradores, por razões imperiosas. Apela-se ao governador para que se cumpra nas assembleias gerais de nossas empresas a determinação para que, “sponte sua”, se atribuam aos dirigentes tetos de remunerações que condigam aos princípios éticos de um órgão estatal, para cujo patrimônio concorreu o sempre obediente povo mineiro.

 Será assim que o governador de Minas mais se elevará à consideração e ao respeito dos mineiros.

 Advogado\*